

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Pampa Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias1

Demonstrações contábeis regulatórias auditadas

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado.....5

Demonstração do resultado abrangente6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido7

Demonstração dos fluxos de caixa.....8

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Pampa Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pampa Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Companhia Pampa Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 15 de abril de 2024.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Ricardo Gomes Leite'.

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC RJ-107146/O

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	52.004	113.275
Contas vinculadas	6.1	14.666	17.327
Comissionárias e permissionárias	7	11.720	5.305
Impostos a recuperar	8	12.813	16.923
Outros ativos circulantes		298	434
		91.501	153.264
 Não circulante			
Contas vinculadas		17.324	-
Impostos diferidos	13	50.433	43.686
Imobilizado	9	916.816	872.946
Intangível	9	57.270	54.167
		1.041.843	970.799
 Total do ativo		1.133.344	1.124.063
 Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	63.280	5.081
Debêntures	12	68.284	67.310
Impostos a recolher		1.063	1.757
Partes relacionadas	11	1.457	53.967
Dividendos	14	-	11.633
Outras obrigações		1.013	475
		135.097	140.223
 Não circulante			
Fornecedores		162	-
Debêntures	12	767.095	748.895
Outras obrigações		38	495
		767.295	749.390
 Patrimônio líquido	14		
Capital social		220.236	220.236
Reserva de lucros		269.433	332.001
Prejuízos acumulados		(258.717)	(317.787)
		230.952	234.450
 Total do passivo e patrimônio líquido		1.133.344	1.124.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	15	83.232	23.704
Custos gerenciáveis	16		
Pessoal		(3.183)	(1.190)
Material		(25)	(13)
Serviços de terceiros		(6.735)	(1.829)
Aluguéis		(195)	(65)
Outras despesas		(591)	(1.043)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		(567)	
Despesas com depreciação		(23.879)	(7.019)
		(35.175)	(11.159)
Resultado da atividade da atividade de concessão		48.057	12.545
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		6.403	3.685
Despesas financeiras		(76.364)	(27.683)
		(69.961)	(23.998)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(21.904)	(11.453)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	6.775	3.172
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(15.129)	(8.281)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(15.129)	(8.281)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(15.129)</u>	<u>(8.281)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Lucros/ prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 01 de janeiro de 2023	14	146.486	8.058	249.729	(260.523)	143.750
Integralização de capital		73.750	-	-	-	73.750
Reversão de dividendos 2022		-	-	36.864	-	36.864
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(8.281)	(8.281)
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	2.449	-	(2.449)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(11.633)	(11.633)
Reserva de lucros a realizar		-	-	34.901	(34.901)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		220.236	10.507	321.494	(317.787)	234.450
Integralização de capital		-	-	-	-	-
Reversão de dividendos 2024		-	-	11.633	-	11.633
prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(15.129)	(15.129)
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	(74.200)	74.200	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		220.236	10.507	258.927	(258.716)	230.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(21.904)	(11.453)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		
Juros e atualização monetária sobre dívidas financeiras	91.500	63.200
Custo de transação	665	320
Variação cambial	-	(14.790)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.658)
Provisões para perda de créditos esperadas	567	383
Provisões de fornecedores	58.654	1.463
Provisão de contingência	32	(12)
Depreciação de imobilizado	23.879	7.019
Baixa intangível	235	-
Resultado ajustado	153.628	44.472
Variações nos ativos e passivos:		
Comissionárias e permissionárias	(6.982)	(5.688)
Partes relacionadas	(52.510)	23.496
Outros ativos	135	(225)
Tributos a recuperar	4.110	(11.922)
Outras obrigações	570	119
Fornecedores	(788)	(458)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(694)	3.692
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(5.574)
Juros sobre imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.817)
Fluxo caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	97.469	46.095
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(70.268)	(300.469)
Aquisição de intangível	(818)	(1.643)
Contas bancárias vinculadas	(14.663)	(17.327)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(85.749)	(319.439)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	73.750
Captação Debêntures	-	596.999
Pagamentos de debêntures	(16.943)	(475.000)
Pagamentos de juros de Debêntures	(50.610)	(22.377)
Variação cambial realizada	-	17.238
Fianças obtidas	(5.438)	(5.984)
	(72.991)	184.626
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(61.271)	(88.718)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	113.275	201.993
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	52.004	113.275
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(61.271)	(88.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional

A Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de novembro de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

PROCESSO DE LICENCIAMENTO - FEPAM - OPERAÇÃO	PROJETO PAMPA	LICENÇAS	Data de Emissão	Data de Validade
9685-05.67/21.6	LT 230 kV Capivari do Sul - Viamão 3	LOER 159/2025 LIER 107/2022	10/01/2025 25/05/2022	24/03/2028 14/08/2023
11427-05.67/22.1	LT 525 kV Capivari do Sul - Gravataí	LOER 1813/2023 LIER 209/2022	16/06/2023 29/09/2022	22/06/2028 17/12/2026
10747-05.67/23.1	LT 525 kV Capivari do Sul - Guaíba 3	LOER 1448/2024 LIER 104/2023	22/04/2024 07/06/2023	22/04/2029 17/03/2028
3833-05.67/22.2	SE Capivari do Sul	LO 4457/2022 LPI 43/2022	28/12/2022 14/03/2022	28/12/2027 14/03/2027
3860-05.67/22.1	Ampliação da SE Viamão 3	LO 892/2023 LPI 241/2022	23/03/2023 29/11/2022	23/03/2028 29/11/2027
914-05.67/23.6	Ampliação 'H' da SE Gravataí	LO 782/2023 LPI 184/2022	15/03/2023 23/09/2022	16/03/2028 17/08/2025
4787-05.67/23.1	Ampliação da SE Guaíba 3 (Setor Pampa)	LO 2272/2023 LPI 167/2020	31/07/2023 20/08/2020	30/06/2028 21/08/2025
2936-05.67/22.1	LU - DIAGRO/HERBICIDA	LU 1734/2023	17/07/2023	13/05/2027

LIER: Licença de Instalação EIA/RIMA (já com ASV e Autorização de Fauna/CCTMB inclusas);
LI: Licença de Instalação (já com ASV e Autorização de Fauna/CCTMB inclusas);
LPI: Licença Prévia e de Instalação (já com ASV e Autorização de Fauna/CCTMB inclusas);
LPIA: Licença Prévia de Instalação para alteração;
AUTGER: Autorização Geral;
LU: Licença Única.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 13/2019 - ANEEL, datado de 22 de março de 2019, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande do Sul:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- (ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;
- (iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65 km;
- (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA);
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 02 de maio de 2024 foi energizada a última parte do projeto, a LT 525kV Capivari do Sul - Guaíba 3. O projeto teve 100% de Termos de Liberação Definitivos (TLDs) emitidos em 24 de junho de 2024.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica--Continuação

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$74.721 a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de recebimento de 2024/2025 é o valor de R\$101.589.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

2. Setor elétrico no Brasil--Continuação

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933 de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Declaração de conformidade--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022. Não tiveram impactos significativos para a Companhia quando da adoção das normas atualizadas.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$44.047. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 15 de abril de 2025.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 19 de instrumentos financeiros.

4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

4.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.1. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

4.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

4.3. Concessionárias e permissionárias

Referem-se aos créditos faturados aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de disponibilização da infraestrutura prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.4. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

i) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Políticas contábeis materiais--Continuação

4.4. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.4. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

- ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros*

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

- iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.4. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas*--Continuação

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de Impairment para seus ativos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Contábeis Regulatórias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para PECLD

A Provisão para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) refere-se à estimativa de perdas com créditos que, no momento da elaboração das demonstrações financeiras, apresentam riscos de inadimplência, com base em uma análise da carteira de clientes e das condições econômicas e de mercado.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.8. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

4.9. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis regulatórias são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.9. Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

4.10. Encargos setoriais

- a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

- b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.10. Encargos setoriais--Continuação

c) Ministério de Minas e Energia (MME)

Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

4.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros.

4.12. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro societário anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Imposto de renda sobre os dividendos

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.13. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

4.14. Imobilizado

Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. Os quais, na avaliação da Companhia, se aproximam da vida útil dos bens.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

4.14. Imobilizado--Continuação

Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

4.15. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

5. Normas emitidas e interpretações

5.1. Pronunciamentos novos ou interpretações revisadas aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos	11.303	1.279
Aplicações financeiras (a)	40.701	111.996
	52.004	113.275

(a) As aplicações estão representadas por renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 85% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas do balanço, que não excedem o seu valor justo.

6.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário, conforme regra contratual. No longo prazo são apresentadas as contas reserva constituídas, de acordo com o instrumento particular das escrituras de 1ª e 2ª emissões de debentures e devem ser mantidas até o vencimento.

	31/12/2024	31/12/2023
Conta corrente vinculada	14.666	17.327
Aplicação vinculada	17.324	-
Total	31.990	17.327

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	14.666	17.327
Não circulante	17.324	-

7. Concessionárias e permissionárias

	2024	2023
Concessionárias e permissionárias	12.670	5.688
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(950)	(383)
	11.720	5.305

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

7. Concessionárias e permissionárias--Continuação

	2024	2023
Títulos a vencer	10.519	5.219
Títulos vencidos em até 30 dias	294	16
Títulos vencidos de 31 a 120 dias	810	400
Títulos vencidos de 121 a 180 dias	121	53
Títulos vencidos a mais de 180 dias	926	-
	12.670	5.688

A Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Foram provisionados valores para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de agentes inadimplentes com mais de 180 dias e valores que foram questionados judicialmente, por alguns agentes do sistema, com débitos faturados considerados indevidos.

8. Impostos a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social (a)	12.780	16.890
ISS	33	33
	12.813	16.923

(a) O saldo é referente aos valores de saldo negativo e sua atualização monetária.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	1.212	-	-	-	1.212	-	-	1.212	1.212
Edificações, Obras civis e benfeitorias	34.604	-	-	6.496	41.100	6.496	(1.958)	39.142	34.014
Máquinas e equipamentos	455.929	-	-	442.811	898.740	442.811	(28.556)	870.184	449.501
Móveis e utensílios	43	-	-	10	53	10	(5)	48	42
Demais Instalações - Imobilizado em Serviço									
Edificações, Obras civis e benfeitorias	-	-	-	224	224	224	(16)	208	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	6.385	6.385	6.385	(363)	6.022	-
Subtotal	491.788	-	-	455.926	947.714	455.926	(30.898)	916.816	484.769
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão									
Terrenos e desapropriações	628	938	-	(1.566)	-	(628)	-	-	628
Pessoal	1.869	1.586	-	(3.455)	-	(1.869)	-	-	1.869
Materiais	125.058	2.448	-	(127.506)	-	(125.058)	-	-	125.058
Serviços	202.974	47.972	-	(250.946)	-	(202.974)	-	-	202.974
Outros	9.346	665	-	(10.011)	-	(9.346)	-	-	9.346
Resultado financeiro	46.780	16.385	-	(63.165)	-	(46.780)	-	-	46.780
Adiantamento a fornecedores	1.522	274	-	(1.796)	-	(1.522)	-	-	1.522
Subtotal	388.177	70.268	-	(458.445)	-	(388.177)	-	-	388.177
Total do ativo imobilizado	879.965	70.268	-	(2.519)	947.714	67.749	(30.898)	916.816	872.946

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Imobilizado e Intangível--Continuação

Imobilizado - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	-	-	-	1.212	1.212	1.212	-	1.212	-
Edificações, Obras civis e benfeitorias	-	-	-	34.604	34.604	34.604	(590)	34.014	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	455.929	455.929	455.929	(6.428)	449.501	-
Móveis e utensílios	-	-	-	43	43	43	(1)	42	-
Subtotal	-	-	-	491.788	491.788	491.788	(7.019)	484.769	-
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão									
Terrenos e desapropriações	31.019	4.979	-	(35.370)	628	(30.391)	-	628	31.019
Pessoal	2.618	1.688	-	(2.437)	1.869	(749)	-	1.869	2.618
Materiais	277.759	20.564	-	(173.265)	125.058	(152.701)	-	125.058	277.759
Serviços	211.464	230.880	-	(239.370)	202.974	(8.490)	-	202.974	211.464
Outros	21.702	2.035	-	(14.391)	9.346	(12.356)	-	9.346	21.702
Resultado financeiro	68.345	38.253	-	(59.818)	46.780	(21.565)	-	46.780	68.345
Adiantamento a fornecedores	748	2.070	-	(1.296)	1.522	774	-	1.522	748
Subtotal	613.655	300.469	-	(525.947)	388.177	(225.478)	-	388.177	613.655
Total do ativo imobilizado	613.655	300.469	-	(34.159)	879.965	266.310	(7.019)	872.946	613.655

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Imobilizado e Intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo intangível em curso									
Servidões	34.159	-	-	2.519	36.678	2.519	-	36.678	34.159
Depósitos judiciais	20.008	819	(235)	-	20.592	584	-	20.592	20.008
Total do intangível	54.167	819	(235)	2.519	57.270	3.103	-	57.270	54.167

Intangível - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em curso									
Servidões	-	-	-	34.159	34.159	34.159	-	34.159	-
Depósitos judiciais	18.365	1.643	-	-	20.008	1.643	-	20.008	18.365
Total do intangível	18.365	1.643	-	34.159	54.167	35.802	-	54.167	18.365

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Imobilizado e Intangível--Continuação

Depreciação

		2024		2023	
Taxas Anuais Médias de Depreciação		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo histórico	3,20%	947.714	(30.898)	916.816	484.769
		947.714	(30.898)	916.816	484.769
Em Curso					
Transmissão					
Custo histórico	N/A	-	-	-	388.177
		-	-	-	388.177
		947.714	(30.898)	916.816	872.946
		2023		2022	
Taxas Anuais Médias de Depreciação		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo histórico	3,68%	491.788	(7.019)	484.769	-
		491.788	(7.019)	484.769	-
Em Curso					
Transmissão					
Custo histórico	N/A	388.177	-	388.177	613.655
		388.177	-	388.177	613.655
		879.965	(7.019)	872.946	613.655

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

10. Fornecedores

	2024	2023
Materiais e serviços	503	1.291
Provisões (i)	62.939	4.285
	63.442	5.576
	2024	2023
Fornecedores - circulante	341	796
Provisões (i)	62.939	495
Fornecedores - não circulante (ii)	162	4.285
	63.442	5.576

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. As principais provisões referem-se à compensação ambiental R\$20.326 e fundiário R\$39.150.

(ii) Valores referentes as retenções contratuais com fornecedores no percentual de 10%. Os valores retidos são pagos ao final do contrato.

11. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Companhias	Passivo	
	31/12/2024	31/12/2023
Cymi Construções e Participações (i)	991	52.443
Cymi do Brasil Projetos e Serviços(i)	-	439
Cymi O&M (iii)	466	234
Cymi Tech (ii)	-	851
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.457	53.967

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

11. Partes relacionadas--Continuação

Companhias	Passivo	
	31/12/2024	31/12/2023
Cymi O&M (a)	3.229	764
Cymi O&M (b)	1.799	470
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.028	1.234

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações e Cymi do Brasil.
- (ii) Refere-se à Cymi Tech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia.
- (iii) Refere-se ao saldo a pagar à Cymi O&M, empresa do grupo responsável pelos serviços segregados entre:
- (a) Serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia.
- (b) Serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

12. Debêntures

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros contratual	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures 1ª emissão	BRL	15/09/2046	IPCA + 6,15%	716.045	683.052
Debêntures 2ª emissão	BRL	15/03/2033	IPCA + 6,88%	134.344	143.390
(-) Custo de captação				(15.010)	(10.237)
Total de Debêntures				835.379	816.205
Circulante				68.284	67.310
Não circulante				767.095	748.895
				835.379	816.205

b) Movimentação em 2024

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2023	Adições	Juros e Atualização Monetária	Variação cambial	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2024
Debêntures 1ª emissão	683.052	-	75.561	-	-	(1.036)	(41.532)	-	716.045
Debêntures 2ª emissão	143.390	-	15.939	-	-	(15.907)	(9.078)	-	134.344
Custos de transação	(10.237)	(5.438)	-	-	665	-	-	-	(15.010)
Total	816.205	(5.438)	91.500	-	665	(16.943)	(50.610)	-	835.379

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

12. Debêntures--Continuação

c) Movimentação em 2023

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros e Atualização Monetária	Variação cambial	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2023
Intesa Sanpaolo	82.435	-	3.539	-	-	(75.000)	(10.974)	-	-
Scotiabank	98.422	-	3.837	(3.083)	-	(100.000)	(3.997)	4.821	-
Citibank	99.549	-	4.611	(3.831)	-	(100.000)	(4.870)	4.541	-
Itau	-	200.000	2.536	(7.876)	-	(200.000)	(2.536)	7.876	-
Debêntures 1ª emissão	380.766	256.999	45.287	-	-	-	-	-	683.052
Debêntures 2ª emissão	-	140.000	3.390	-	-	-	-	-	143.390
Custos de transação	(4.573)	(5.984)	-	-	320	-	-	-	(10.237)
Total	656.599	591.015	63.200	(14.790)	320	(475.000)	(22.377)	17.238	816.205

Debêntures

No dia 17 de novembro de 2022, a Companhia celebrou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como banco coordenador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 285 meses e 28 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2046. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente, cujo primeiro pagamento está previsto para 15 de março de 2024. O contrato prevê juros remuneratórios sob a taxa de IPCA + 6,15%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não circulante.

O valor somado de todas as integralizações não excederá R\$636.000. No dia 15 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu a primeira integralização de debêntures no montante de R\$379.000.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

12. Debêntures--Continuação

Debêntures--Continuação

No dia 30 de agosto de 2023, a Companhia recebeu a segunda integralização de debentures simples no montante de R\$92.000.

No dia 07 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu a terceira integralização de debentures simples no montante de R\$117.000.

No dia 28 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu a quarta integralização de debentures simples no montante de R\$48.000.

No dia 14 de setembro de 2023, a Companhia celebrou sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como bancos coordenadores o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e KINEA Investimentos.

Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 114 meses e 01 dia contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2033. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente, cujo primeiro pagamento está previsto para 15 de março de 2024. O contrato prevê juros remuneratórios sob a taxa de IPCA + 6,88%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante.

O valor somado de todas as integralizações não excederá R\$140.000. No dia 29 de setembro de 2023, a Companhia recebeu a primeira integralização de debêntures simples no montante de R\$100.000 referente ao valor total do KINEA.

No dia 04 de outubro de 2023, a Companhia recebeu a segunda integralização de debentures simples no montante de R\$40.000 referente ao valor total do BNDES.

As escrituras de debentures possuem cláusulas restritivas “*covenants*” financeiras de vencimento antecipado (índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD), sendo válidas a partir de 31 de dezembro de 2024.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

12. Debêntures--Continuação

Debêntures--Continuação

A Companhia não cumpriu com a cláusula 11.1, item (i) e subitem (a) do contrato de debêntures 1ª emissão firmado em 17 de dezembro de 2022 e a cláusula 10.1, item (i) e subitem (a) do contrato de debêntures de 2ª emissão firmado em 14 de setembro de 2023, que consistia na emissão das demonstrações financeiras em até 90 dias do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Tal descumprimento não desencadeou vencimento antecipado automático das dívidas, visto que as referidas demonstrações financeiras estão sendo emitidas 101 dias após o seu cumprimento, estando portanto, dentro do prazo de cura estabelecido em contrato.

Os principais “*covenants*” não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de “*covenants*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	68.284	67.183
2026	68.332	64.737
2027	68.142	64.771
2028	68.664	65.275
Após 2028	576.967	564.475
Total dívida	850.389	826.442
(-) Custo de transação a amortizar	(15.010)	(10.237)
Total das obrigações	835.379	816.205

13. Impostos diferidos

	31/12/2024	Movimentação	Total 31/12/2023
Ativo/passivo			
Diferenças temporárias - Ativo	50.436	6.776	43.686
Total não circulante	50.436	6.776	43.686

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$220.236 (R\$220.236 em 2023), dividido em 220.236 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Quotistas	31/12/2024			31/12/2023		
	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	110.118	50%	110.118	110.118	50%	110.118
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	110.118	50%	110.118	110.118	50%	110.118
Total	220.236	100%	220.236	220.236	100%	220.236

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

14. Patrimônio líquido--Continuação

c) Política de dividendos--Continuação

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	(74.200)	48.983
(-) Reserva legal	-	(2.449)
Lucro ajustado	(74.200)	46.534
Dividendos mínimos obrigatórios	-	11.633
Reserva de lucro	(74.200)	34.901

Em 14 de abril de 2024 em Ata sumária de reunião de diretoria, os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos obrigatórios referentes à destinação dos resultados de 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$11.633 que foram destinados a reserva de lucros.

d) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente

15. Receita

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Anual permitida (RAP)	92.949	26.564
Doações (*)	-	-
Total Receitas	92.949	26.564
(-) PIS e COFINS	(8.597)	(2.628)
(-) P&D, FNDCT e MME	(1.120)	(232)
Receita líquida	83.232	23.704

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Custos

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(3.183)	(1.190)
Material	(25)	(13)
Serviços de terceiros (i)	(6.735)	(1.829)
Aluguéis	(195)	(65)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(567)	-
Outras despesas	(591)	(1.043)
Despesas com depreciação	(23.879)	(7.019)
	(35.175)	(11.159)

(i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

17. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicação financeira	5.707	2.052
Atualização Selic	993	1.633
Outras receitas	15	-
(-) Pis e Cofins	(312)	-
Receita financeira	6.403	3.685
Juros de Debêntures	(73.623)	(11.827)
Despesas de hedge	-	(14.475)
Outras despesas financeiras	(2.741)	(1.381)
Despesas financeiras	(76.364)	(27.683)
Resultado financeiro líquido	(69.961)	(23.998)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	31/12/2024	31/12/2023
Lucros/Prejuízo regulatório antes do IRPJ e da CSLL	(21.904)	(11.453)
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IR e CSLL	7.447	3.894
Outros	(672)	(722)
Despesa de IR e CS	6.775	3.172
Total de diferidos	6.775	3.172
	6.775	3.172
	-31%	-28%

19. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	52.004	113.275
Contas bancárias vinculadas (Nota 6.1)	31.990	17.327
Concessionárias e permissionárias (Nota 7)	11.720	5.305
	95.714	135.907

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	40.701	111.996
Aplicações financeiras vinculadas	17.324	-
Passivos financeiros		
Financiamento Longo Prazo (IPCA)	835.379	816.205

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

iii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2024. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Valor contábil	Fluxo de caixas contratuais		
	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	63.442	63.280	162
Parte relacionadas	1.457	1.457	-
Debêntures	835.379	68.284	205.138
Total	900.278	133.021	205.300

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	Categoria
Fornecedores	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos.
- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c) Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes	Nível 2	52.004	52.004	113.275	113.275
Conta corrente vinculada	Nível 2	14.666	14.666	17.327	17.327
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	17.324	17.324	-	-
Total		83.994	83.994	130.602	130.602

Descritivo		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	Nível 2	850.410	819.980	826.442	872.453
Total		850.410	819.980	826.442	872.453

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía derivativos.

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	52.004	-	52.004	113.275	-	113.275
Contas vinculadas	14.666	-	14.666	17.327	-	17.327
Concessionárias e permissionárias	11.720	-	11.720	5.305	-	5.305
Impostos a recuperar	12.813	-	12.813	16.923	-	16.923
Ativo de contrato	-	22.783	22.783	-	29.047	29.047
Outros ativos circulantes	298	-	298	434	-	434
Total do ativo circulante	91.501	22.783	114.284	153.264	29.047	182.311
Não circulante						
Contas bancárias vinculadas	17.324	-	17.324			
IRPJ e CSLL diferidos	50.433	(50.433)	-	43.686	(43.686)	-
Ativo de contrato	-	1.480.818	1.480.818	-	1.521.419	1.521.419
Imobilizado	916.816	(916.816)	-	872.946	(872.946)	-
Intangível	57.270	(57.270)	-	54.167	(54.167)	-
Total do ativo não circulante	1.041.843	456.299	1.498.142	970.799	550.620	1.521.419
Total do ativo	1.133.344	479.082	1.612.426	1.124.063	579.667	1.703.730
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	63.280	-	63.280	5.081	-	5.081
Debêntures	68.284	-	68.284	67.310	-	67.310
Impostos a recolher	1.063	-	1.063	1.757	-	1.757
Partes relacionadas	1.457	-	1.457	53.967	-	53.967
Dividendos	-	-	-	11.633	-	11.633
Instrumentos derivativos	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	1.013	-	1.013	475	-	476
Total do passivo circulante	135.097	-	135.097	140.223	-	140.224
Não circulante						
Fornecedores	162	-	162			
Debêntures	767.095	-	767.095	748.895	-	748.895
IRPJ e CSLL diferido	-	81.452	81.452	-	118.633	118.633
Pis e Cofins diferidos	-	138.912	138.912	-	143.246	143.246
Outras obrigações	38	-	38	495	-	495
Total do passivo não circulante	767.295	220.364	987.659	749.390	261.879	1.011.269
Patrimônio líquido						
Capital social	220.236	-	220.236	220.236	-	220.236
Reserva de lucros	269.434	-	269.434	332.001	-	332.001
Lucros acumulados	(258.717)	258.717	-	(317.787)	317.787	-
Total do patrimônio líquido	230.952	258.717	489.670	234.450	317.787	552.237
Total do passivo e patrimônio líquido	1.133.344	479.082	1.612.426	1.124.063	579.666	1.703.730

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita anual permitida	92.949	(92.949)	-	26.564	(26.564)	-
Receita de construção - Ativo de contrato	-	-	-	-	335.399	335.399
Remuneração de ativo de contrato	-	121.330	121.330	-	111.086	111.086
Receita de O&M	-	4.366	4.366	-	672	672
Outras receitas	-	(79.612)	(79.612)	-	-	-
	92.949	(46.865)	46.084	26.564	420.593	447.157
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(8.597)	4.333	(4.264)	(2.628)	(38.734)	(41.362)
P&D, FNDCT e MME	(1.120)	-	(1.120)	(232)	-	(232)
	(9.717)	4.333	(5.384)	(2.860)	(38.734)	(41.594)
Receita líquida operacional	83.232	(42.532)	40.700	23.704	381.859	405.563
Custos e despesas						
Custo de construção	-	-	-	-	(207.732)	(207.732)
Custo de O&M	-	(3.229)	(3.229)	-	(764)	(764)
	-	(3.229)	(3.229)	-	(207.496)	207.496
Pessoal	(3.183)	-	(3.183)	(1.190)	-	(1.190)
Material	(25)	-	(25)	(13)	-	(13)
Serviços de terceiros	(6.735)	3.228	(3.507)	(1.829)	764	(1.065)
Aluguéis	(195)	-	(195)	(65)	-	(65)
Outras despesas	(591)	-	(591)	(1.043)	-	(1.043)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(567)	-	(567)	-	-	-
Despesas com depreciação	(23.879)	23.879	-	(7.019)	7.019	-
Despesas operacionais	-	(54.464)	(54.464)	-	(29.409)	(29.409)
	(35.175)	(27.357)	(62.532)	(11.159)	(21.626)	(32.785)
Resultado da atividade	48.057	(73.118)	(25.061)	12.545	152.737	165.282
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	6.403	1.744	8.147	3.685	13.474	17.159
Despesas financeiras	(76.364)	(18.128)	(94.492)	(27.683)	(52.401)	(107.130)
	(69.961)	(16.384)	(86.345)	(23.998)	(65.973)	(89.971)
Resultado antes dos impostos	(21.904)	(89.502)	(111.406)	(11.453)	86.764	75.311
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.775	30.431	37.206	3.172	(29.500)	(26.328)
Resultado do exercício	(15.129)	(59.071)	(74.200)	(8.281)	57.264	48.983

Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47/IFRS15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 21. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 20, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

Patrimônio líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido societário	489.670	552.237
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(1.503.601)	(1.550.466)
Imobilizado e intangível	974.086	927.113
impostos diferidos	270.797	305.566
Patrimônio líquido regulatório	230.952	234.450

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Patrimônio líquido--Continuação

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47/IFRS15 líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita e custo de construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida	92.949	(92.949)	-	26.564	(26.564)	-
Receita de construção - Ativo de contrato	-	-	-	-	335.399	335.399
Remuneração de ativo de contrato	-	121.330	121.330	-	111.086	111.086
Receita de O&M	-	4.366	4.366	-	672	672
Outras receitas	-	(79.612)	(79.612)	-	-	-
	92.949	(46.865)	46.084	26.564	420.593	447.157
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(8.597)	4.333	(4.264)	(2.628)	(38.734)	(41.362)
P&D, FNDCT e MME	(1.120)	-	(1.120)	(232)	-	(232)
	83.232	(42.532)	40.700	23.704	381.859	405.563
Receita líquida operacional						
Custo de construção	-	-	-	-	(207.732)	(207.732)
Custo de O&M	-	(3.229)	(3.229)	-	(764)	(764)
	83.232	(45.761)	37.471	-	(207.496)	(207.496)

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Lucro/prejuízo líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Lucros dos exercícios societários	(74.200)	48.983
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	46.865	(420.593)
PIS/Cofins	(4.333)	38.734
Custo de Construção	-	206.732
Despesas de depreciação	(23.879)	(7.019)
Despesas operacionais	54.465	29.409
Resultado financeiro	16.384	65.973
IR/CS diferidos e correntes	(30.431)	29.500
Lucro do exercício regulatório	(15.129)	(8.281)

Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47/IFRS15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/IFRS15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

21. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2024 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos operacionais	11/07/2024 a 10/07/2025	f	496

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Pampa Transmissora de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 04/2018 da ANEEL que prevê que com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Transmissora e ANEEL será apresentado a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente à 5% do investimento previsto pela ANEEL.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

22. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram uma contingência passiva com prognóstico provável de perda que totalizam R\$13 em 31 de dezembro de 2024.

23. Eventos subsequentes

* * *